

Quorum não deixa o Congresso votar nada

09 AGO 1990

Os 210 deputados presentes, ontem, em plenário, não foram suficientes para votar os vários projetos parados na pauta. Os senadores deram um exemplo melhor de disciplina e responsabilidade: 44 deles compareceram na sessão, mas o número não foi suficiente para garantir decisões.

Todas as cinco propostas de emenda à Constituição foram adiadas por falta de quorum qualificado — 45 votos favoráveis para ser aprovada. A matéria continua na pauta da sessão de hoje. O Projeto de Resolução nº 184, sobre o funcionamento do pecúlio do Senado Federal, ficou para ser discutido e votado dia 20.

O esforço dos senadores valeu apenas para aprovar um requerimento do senador Maurício Corrêa (PDT/DF)

pedindo para retirar da pauta um projeto de sua autoria. Foi aprovado também o projeto de lei do governo do Distrito Federal, que desafeta área pública do Setor de Clubes Esportivos Sul e autoriza permuta por área de propriedade da Associação Atlética Banco do Brasil.

A sessão conjunta foi um fracasso. Apenas 223 deputados e 51 senadores estavam presentes em plenário. Com o quorum baixo, as discussões das matérias também durou pouco, 45 minutos, tempo exato da duração da sessão. Foi uma reunião para dar satisfação de que os congressistas estão tentando trabalhar.

VETO

O Governo está aguardando uma nova queda nos índices da inflação para reforçar

as negociações com os congressistas pela manutenção do veto presidencial à política salarial. A informação foi dada ontem pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que acha difícil, mas não impossível, um entendimento com os parlamentares. Depois de reunir-se com o ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri, e os líderes do Governo na Câmara, Renan Calheiros, e Senado, José Ignácio, Cabral se mostrou otimista quanto a essa possibilidade.

Segundo ele, ao acenar com a queda da inflação, o Executivo tem condições de convencer os parlamentares a não derrubarem o veto. "Eles ficarão ainda mais sensíveis às nossas propostas". Na opinião de Cabral, o País não pode abrir mão do plano de estabilização econômica.